29

ORIGINAL ANEXO AO
PROC. N.º 49 / 03
EM 20 / 3 / 03

Senhores Vereadores

Nós Vereadores desta Casa aprovamos por unanimidade o Substitutivo n.º 1, de autoria do nobre Vereador Roberto Rocha, ao Projeto de Lei n.º 36/01, de autoria do nobre Vereador Paulo Lacerda, gerando a Lei n.º 991-A, de 3 de julho de 2001, que dispõe sobre a regulamentação de publicações oficiais e não-oficiais de qualquer natureza no Município e dá outras providências.

Essa nossa iniciativa foi calcada na melhor das intenções, visando resguardar o interesse público nos atos emanados dos Poderes Executivo e Legislativo.

A determinação de que em todas as publicações oficiais ou não da Prefeitura e da Câmara Municipal, Serviço de Saúde de São Vicente -SESASV e Companhia de Desenvolvimento de São Vicente - CODESAVI conste o valor a ser pago e a frase: "Essa publicação está sendo custeada com o dinheiro do contribuinte de São Vicente", tinha a finalidade de dar transparência aos atos oficiais que geram gastos aos cofres públicos, transparência essa que sempre pautou as ações desta Câmara e da Prefeitura Municipal.

Todavia, na prática, o efetivo cumprimento da Lei n.º 991-A/01 vem se mostrando prejudicial aos cofres públicos, pois a colocação da mencionada frase e do valor pago em cada publicação resultou em aumento de despesa, uma vez que gera o aumento do texto a ser publicado.

Além de encarecer o custo, a medida não contribui, como se imaginou, com os interesses coletivos, pois todos já sabem que os gastos do Poder Público são custeados pelos contribuintes.

Trata-se do óbvio, que vem lesando os cofres municipais. Para melhor fundamentarmos nossa argumentação, fizemos um levantamento das publicações dos atos oficiais da Prefeitura de São Vicente e constatamos que somente no ano de 2002 foram gastos mais de R$ 10.000,00 (dez mil reais), por conta da Lei n.º 991-A, de 3 de julho de 2001.

Também lembramos que esta Câmara aprovou o projeto que resultou na Lei n.º 1218-A, que estabelece o corpo gráfico 10 e a entrelinha 11 que devem ser obrigatoriamente usados em todas as publicações de atos oficiais e não-oficiais do Poder Público de São Vicente, evitando dúvidas e interpretações errôneas. Em razão disso, quem tiver interesse em saber o valor pago por cada publicação, seja um de nós Vereadores ou qualquer munícipe, basta calcular, usando as regras determinadas na mencionada Lei.

Diante do exposto, e no intuito de melhor disciplinar as publicações oficiais e não-oficiais e informes publicitários, evitando os problemas causados pelo dispositivo contido na Lei n.º 991-A/01, que resultou em ônus desnecessários aos cofres públicos,

Submeto à apreciação do Egrégio Plenário o seguinte:

PROJETO DE LEI N.º 26 **/03**
DOCUMENTO N.º 409 **/03**

Revoga os artigos 1.º a 5.º da Lei n.º 991-A, de 3 de julho de 2001, que dispõe sobre a regulamentação de publicações oficiais e não-oficiais de qualquer natureza no Município e dá outras providências.

Art. 1.º - Ficam revogados os artigos 1.º a 5.º da Lei n.º 991-A, de 3 de julho de 2001.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA MARTIM AFONSO DE SOUSA,
em 20 de março de 2003

LUCIANO BATISTA

TECO235/CK/AD/er

LEI Nº 991-A

Substitutivo nº 01, de autoria do Vereador Roberto Rocha, ao Projeto de Lei nº 36/01, de autoria do Vereador Paulo Lacerda

Dispõe sobre a regulamentação de publicações oficiais e não-oficiais de qualquer natureza no Município e dá outras providências.
Proc. nº 22386/01

MÁRCIO FRANÇA, Prefeito do Município de São Vicente, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Em toda publicação oficial ou não, realizada pela Prefeitura Municipal de São Vicente, Câmara Municipal de São Vicente, Serviço de Saúde de São Vicente – SESASV e empresa de economia mista em qualquer meio de comunicação deverá constar o valor que está sendo pago e a frase: "Essa publicação, quando veículo impresso, e veiculação, quando rádio e televisão, está sendo custeada com dinheiro do contribuinte de São Vicente".

Parágrafo 1º - Quando a publicação oficial ou não for veiculada em rádio, no início e no final da mesma, o locutor deverá em voz audível revelar o valor que está sendo pago por aquela veiculação e a frase: "Essa veiculação está sendo custeada com dinheiro do contribuinte de São Vicente".

Parágrafo 2º - Quando a publicação oficial ou não for veiculada em televisão, no início e no final da mesma, o locutor deverá em voz audível, enquanto passa na tela os caracteres escrito com as informações lidas, revelar o valor que está sendo pago por aquela veiculação e a frase: "Essa veiculação está sendo custeada com dinheiro do contribuinte de São Vicente".

Parágrafo 3º - Quando a publicação oficial ou não for publicada em jornal de qualquer tamanho, revistas, panfletos ou qualquer outro material impresso deverá constar em seu final o valor pago e a frase: "Essa publicação está sendo custeada com dinheiro do contribuinte de São Vicente", com o mesmo tipo de letra e o mesmo corpo gráfico utilizado na publicação.

PUBLICADO EM 05/07/01
Jornal Vicentino

LEI Nº 991-A

fl.02

Art. 2º - Em sites de divulgação mantidos pela Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Serviço de Saúde de São Vicente e empresa de economia mista na Internet, deverá constar o valor gasto na manutenção do mesmo e a frase: "Esse site está sendo custeado com dinheiro do contribuinte de São Vicente", com o mesmo tipo de letra e o mesmo corpo gráfico utilizado na página da Internet.

Art. 3º - Em jornais, tablóides, panfletos ou qualquer outro tipo de veículo impresso feito para divulgar a Administração Municipal, Câmara, Secretarias Municipais, Fundo Social de Solidariedade, empresa de economia mista ou autarquias municipais, deverá constar de forma legível na primeira página a tiragem, local de impressão, o valor gasto incluindo mão-de-obra e impressão, e a frase: "Esse veículo de divulgação está sendo custeado pelo dinheiro do contribuinte de São Vicente".

Art. 4º - Em material impresso da Administração Municipal, Secretarias, empresa de economia mista ou autarquias municipais relativos a esclarecimentos ou campanhas de qualquer tipo, também deverá constar na parte da frente a tiragem, local de impressão, valor gasto incluindo mão-de-obra e impressão, e a frase: "Essa publicação está sendo custeada pelo dinheiro do contribuinte de São Vicente".

Art. 5º - Quando a Prefeitura, Câmara Municipal, Serviço de Saúde de São Vicente e empresa de economia mista der apoio financeiro para produzir ou veicular programas em rádio ou televisão ou para que membros do Executivo, Legislativo, membros do Serviço de Saúde de São Vicente e empresa de economia mista participem de debates e entrevistas, no início e no final do mesmo deve ser lido em voz audível e escrito em caracteres na tela o valor gasto pelo Poder Público e a frase: "Esse programa contou com apoio financeiro dos contribuintes de São Vicente".

Art. 6º - A Prefeitura, Câmara Municipal, Serviço de Saúde de São Vicente e empresa de economia mista só poderão veicular publicidade oficial ou não em veículos de comunicação que tenha boa circulação e penetração comprovada em São Vicente.

LEI Nº 991-A

Parágrafo 1º - Somente poderão veicular publicidade oficial ou não da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Serviço de Saúde de São Vicente e empresa de economia mista veículos legalizados, que não sejam clandestinos ou pirata, e devidamente registrados.

Parágrafo 2º - Quando se tratar de veículos impressos, jornais e revistas, o mesmo terão que estar registrados de acordo com a Lei de Imprensa; apresentar qualidade técnica compatível com o que existe de atual neste setor de comunicação; comprovar registro em Carteira de Trabalho do(a) jornalista responsável; e certidão negativa de débito do INSS, FGTS e Imposto de Renda.

Art. 7º - O não cumprimento desta lei acarretará prática de crime de responsabilidade, sendo o responsável passível de perda de mandato.

Art. 8º - Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria, Cellula Mater da Nacionalidade, em 03 de julho de 2001.

MÁRCIO FRANÇA
Prefeito Municipal